

N. 4 2011

REVISTA BRASILEIRA DE
Direito Administrativo
e Regulatório

MP
EDITORA

REVISTA BRASILEIRA DE
Direito Administrativo e Regulatório

DIRETOR RESPONSÁVEL
Marcelo Magalhães Peixoto

REVISÃO
Mônica A. Guedes

PROJETO GRÁFICO
Veridiana Freitas

EDITORÇÃO
Mônica A. Guedes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Parma

FONTE GARAMOND PRO | TRADE GOTHIC
MIOLO OFF SET 75 G/M²
CAPA SUPREMO DESIGN 250G/M²

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2011
Av. Paulista, 1.776 - 1º andar
01310-200 – São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISSN: 2177-0476

N. 4 2011

REVISTA BRASILEIRA DE Direito Administrativo e Regulatório

COORDENADORES: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

CONSELHO EDITORIAL: André Ricardo Cruz Fontes
Ariane Brito Cal Athias
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Edilson Pereira Nobre Júnior
Fernando Facury Scaff
Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
José Ricardo do Nascimento Varejão
Luciana de Medeiros Fernandes
Luiz Alberto Gurgel de Faria
Marcos Nóbrega
Paulo Gesteira Costa Filho
Tânia Vainsencher
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega
Vladimir da Rocha França



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti</i>	
NOVOS HORIZONTES PARA UMA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DO PEDÁGIO NO BRASIL	13
<i>André Castro Carvalho</i>	
1. Introdução: A “ressurreição” de uma antiga discussão e seus efeitos práticos	13
2. Histórico das concessões rodoviárias no Brasil	15
3. Reinserção da discussão na comunidade acadêmica e a superação das teses	20
3.1. O Recurso Extraordinário n. 181.475-6/RS e o selo-pedágio	25
3.2. Breve relato jurisprudencial destas discussões nas concessões rodoviárias de São Paulo	29
3.3. A atual estrutura do pedágio	31
4. Qualificação jurídica do pedágio como taxa ou preço público	36
Conclusão: Proposta de qualificação jurídica	40
Referências	41
SHAM LITIGATION E O SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA	43
<i>Andressa Lin Fidelis</i>	
1. Introdução	43
2. Questões relevantes	43
3. Revisão judicial	53
4. Considerações finais	55
Referências bibliográficas	55

MAGISTÉRIO SUPERIOR E REGIME JURÍDICO – UMA ABORDAGEM EM TORNO DO ART. 206, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	57
---	----

Edilson Pereira Nobre Júnior

ALCANCE E LIMITES DO MONOPÓLIO NUCLEAR NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 – UMA LEITURA DO ART. 177, INC. V DA CONSTITUIÇÃO, À LUZ DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR	71
---	----

Gustavo Kaercher Loureiro

Introdução	71
I. O art. 177, inc. V	73
II. A construção do monopólio – Lei 4.118, de 1962	75
III. A reformulação operada pela Lei 6.189/74 e as normas sucessivas, até a Constituição de 1988	78
IV. A Constituição de 1988: recepção da tradição setorial?	83

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	87
--	----

Livia Troglio Stumpf

Introdução	87
1. A eficiência administrativa em sede constitucional	88
1.1 A eficiência administrativa na experiência constitucional estrangeira	88
1.2. A eficiência administrativa na Constituição Federal brasileira de 1988	90
2. Características da eficiência administrativa	94
2.1. Definição de <i>eficiência administrativa</i>	94
2.2 Dimensão normativa da eficiência	100
3. A eficiência administrativa na jurisprudência	103
3.1. A eficiência administrativa na jurisprudência anterior à Emenda Constitucional n. 19	103
3.2. A eficiência administrativa na jurisprudência posterior à Emenda Constitucional n. 19	106
Conclusão	113
Referências	114

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A RESPONSABILIDADE NA CONCESSÃO DE LICENÇA PARA MINERAÇÃO SOB O REGIME DE LICENCIAMENTO EM ZONA LOCALIZADA NO MAR	117
--	-----

Luís Alberto de Fischer Awazu

1. Introdução	117
2. Da atividade mineradora na Constituição da República	118
3. Do regime de licenciamento	121
4. Da definição do regime jurídico vigente para a área de extração mineral	122
5. Da definição da norma reguladora da mineração nas zonas entre o litoral marítimo e o início da plataforma continental	127
6. Da determinação da projeção do território do município sobre o mar	128
7. Da competência para o licenciamento ambiental em face do licenciamento específico da Lei n. 6.567/78	129
7.1 Da competência legislativa sobre matéria ambiental	131
8. Da possibilidade de consulta ao DNPM para o estabelecimento do(s) município(s) responsável(is) pelo licenciamento	134
9. Conclusão	135
10. Referência	136
11. Bibliografia	137

O JUÍZO DE SALOMÃO: EFICIÊNCIA, VALIDADE E LIMITES DO USO DA ARBITRAGEM NAS CONCESSÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS 139

Luis Fernando Lima de Oliveira

Introdução	139
1. A economia da solução de conflitos pelo Poder Judiciário	140
2. Incentivos econômicos para a arbitragem	142
3. A arbitragem nas concessões públicas brasileiras: validade, alcance e eficiência	145
Conclusões	149
Referências bibliográficas	150

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: O CASO DA ELEIÇÃO PARA CARGO DE CHEFIA E DE DIREÇÃO EM ESCOLA PÚBLICA 153

Raimundo Márcio Ribeiro Lima

1. Introdução	153
2. Institutos de participação popular na administração pública	155
3. O caso da eleição para função de chefia e de direção em escola pública	159
4. Críticas aos precedentes	162
5. Conclusão	168
6. Bibliografia	168

ENTRE O ENDEUSAMENTO E A DESCRENÇA: A PERIGOSA VISÃO DICOTÔMICA SOBRE O
CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA SEARA ADMINISTRATIVA BRASILEIRA 171

Roberta Cruz da Silva

Preâmbulo da discussão	171
Parte I: Intervencionismo estatal no âmbito socioeconômico: o redimensionamento da atuação pública	172
Liberalismo econômico: o Estado espectador	172
<i>Welfare State</i> : o Estado como agente ativo no contexto social e econômico	174
Neoliberalismo: o retorno ao Estado mínimo?	177
Desestatização e gerencialismo na Administração Pública brasileira: em busca da eficiência	182
Parte II: Contrato de parceria público-privada sob a égide da Lei n. 11.079/2004	187
Contextualização: reforma do Estado brasileiro	187
Aplicabilidade do instituto na Administração Pública brasileira	188
Diferenciando a PPP – patrocinada e administrativa – da concessão comum	189
Considerações finais, mas não o desfecho da discussão	208
Referências	209

INVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO POR INICIATIVA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO NO DIREITO BRASILEIRO 213

Vladimir da Rocha França

1. Introdução	213
2. Considerações gerais sobre a invalidação dos atos administrativos	213
3. O Ministério Público no sistema constitucional brasileiro	219
4. Atuação do Ministério Público na invalidação administrativa	221
5. Atuação do Ministério Público na invalidação judicial	224
6. Ministério Público, inconstitucionalidade e invalidação do ato administrativo	230
7. Considerações finais	235
Referências bibliográficas	236